# EDUCAÇÃO FINANCEIRA: CONEXÕES MACRO E MICROECONÔMICAS

Emerson Cabral de Azevedo

**RESUMO:**
O presente trabalho busca compreender a relevância da educação financeira para o fomento do equilíbrio orçamentário familiar e sustentabilidade do planejamento financeiro. Para contemplar tal indagação, propõe-se como objetivo geral estudar a relevância da educação financeira para o fomento do espírito empreendedor/investidor. Para contemplar tais objetivos, os recursos metodológicos adotados correspondem a pesquisa exploratória em revisão bibliográfica, com análise qualitativa das fontes secundárias sobre o assunto. Foram analisados os dados de publicações que abordam a realidade financeira familiar nos Estados Unidos e na Alemanha. A realidade brasileira foi analisada por meio de relatórios da Anbima e dados do Banco Central do Brasil. Foi possível diagnosticar que o impacto da educação financeira no comportamento e investimento financeiro pessoal do indivíduo é significativo, bem como em relação a quanto ele se torna mais receptivo a investir em outros produtos financeiros mais sofisticados, aumentando a riqueza e reduzindo o endividamento por meio do consumo não planejado.

**Palavras-chaves:** Educação e alfabetização financeira. Investimento. Aposentadoria.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação, em geral, é sempre o principal tema de discussão quando se trata do desenvolvimento social e econômico, especialmente do Brasil. A alfabetização financeira não é considerada pelo Ministério da Educação (MEC) uma disciplina obrigatória no ensino fundamental ou médio (OLIVEIRA, et al., 2015).

Existem projetos-piloto do MEC ou iniciativas isoladas do setor privado para avaliar e mudar esse cenário. Um programa do MEC incluiu 868 escolas e mais de 20.000 alunos do ensino médio com resultados positivos em Poupança e Planejamento Financeiro Familiar (BRUHN, et. al., 2014).

O rápido crescimento e diversificação do setor financeiro global também alargou a lacuna entre a ampla disponibilidade dos serviços oferecidos e o conhecimento e capacidade de selecionar os produtos financeiros mais adequados às necessidades da população (LUSARDI, 2015).

A qualidade de vida de uma família pode mudar drasticamente em países em desenvolvimento onde os empréstimos são ampliados ou suspensos no mercado sem segurança jurídica adequada ou ferramentas de seguro em caso de não pagamento do valor emprestado. O impacto potencial da transformação do comportamento financeiro em países em desenvolvimento como o Brasil indica ser considerável. (KAISER e et al., 2016).

Além do aspecto social, há uma conexão positiva entre o crescimento econômico com o fortalecimento do sistema financeiro local. Quanto maior a taxa de crescimento econômico de um país, maior a contribuição do sistema financeiro (SILVA, et al., 2006).

O presente trabalho busca responder as seguintes questões problema: Qual é a relevância da educação financeira para o fomento do investimento? Quais são as conexões macro e microeconômicas da educação financeira?

Para contemplar tal indagação, propõe-se como objetivo geral estudar a relevância da educação financeira para o fomento do espírito empreendedor/investidor. De forma especifica, os objetivos são:

a) Discutir a importância da educação financeira e suas conexões com os fundamentos micro e macroeconômicos.

b) Promover algumas reflexões sobre a realidade, especialmente a brasileira em se tratando de educação financeira.

Para contemplar os objetivos propostos, os recursos metodológicos adotados correspondem a revisão teórica e pesquisa exploratória por meio de revisão bibliográfica, com análise qualitativa das fontes secundárias sobre o assunto.

Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é sempre realizada de forma a dar sustentação teórica ao objeto de estudo, fornecendo elementos que sustentem a análise futura dos dados obtidos, sendo, portanto, diferente do a pesquisa bibliográfica a esse respeito discrimina além da simples observação dos dados contidos nas fontes estudadas, pois imprime nelas a teoria, a compreensão crítica do significado nelas contida.

E também, segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa vem a analisar fenômenos e atribuir a eles significados, sendo uma investigação exploratória e subjetiva sobre determinado assunto. Requer um confronto direto entre o pesquisador e o objeto de investigação. Em que a utilização de um desenho metodológico circular ou abordagens sucessivas na direção da pesquisa bibliográfica, graças à flexibilidade na coleta de dados,

permite maior latitude no tratamento dialético desses dados, pois o objeto de estudo pode ser constantemente revisado, garantindo o aprimoramento da definição do procedimento metodológico, bem como da representação mais eficiente do percurso de investigação realizado.

Assim, essa pesquisa, tratou de uma revisão bibliográfica em fontes secundárias, conforme pesquisa em periódicos como Scielo, Google acadêmico e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia[1]), resultando nos levantamentos de artigos e livros conforme dispostos na revisão bibliográfica desse artigo, com posterior análise qualitativa dos dados e informações coletadas. Os autores utilizados se referem aos que aparecerem com maior ocorrência nesses periódicos.

As próximas páginas estão organizadas em três blocos.

O primeiro apresenta a discussão teórica que contempla o primeiro objetivo específico. Através da revisão de literatura que partiu da evolução do pensamento econômico (de suas origens no liberalismo clássico, passando pela macroeconomia keynesiana e proposta institucionalista de prosperidade e pobreza) até a abordagem da importância da educação para o sistema capitalista financeiro.

No segundo e terceiro blocos são apresentados os resultados empíricos que contemplam o segundo objetivo específico proposto. Para contextualizar a importância da educação financeira em termos internacionais, alguns estudos e análises foram estudadas sobre a realidade norte-americana e alemã. A descrição e diagnóstico da realidade brasileira pautou-se em relatório da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e dados do Banco Central do Brasil.

## 2. DA ECONOMIA FINANCEIRA PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A evolução do pensamento econômico foi pautada por questões que se mostravam cruciais para o espírito do *homo economicus,* como sobre os fatores geradores da riqueza das nações, o modo pelo qual essa riqueza deve ser partilhada entre as classes econômicas, quais são as causas das crises econômicas, qual deve ser o tamanho da intervenção estatal, entre outras.

[1] http://pepsic.bvsalud.org/

Adam Smith se debruçou em explicar as razões da riqueza das nações e para isso teorizou sobre a importância da especialização do fator trabalho, do aumento da produtividade e do progresso técnico. Inaugurou os fundamentos clássicos do pensamento econômico cuja trajetória se deu sob a tensão entre ser a Ciência Econômica uma ciência mais próxima de outras áreas do conhecimento de natureza quantitativa (como matemática e física) ou fortalecer os vínculos com as disciplinas do Direito, da Sociologia, da Filosofia, da História, entre outras[2].

Até 1930, preponderavam os fundamentos do chamado liberalismo econômico e os de caráter microeconômicos (leia-se teoria neoclássica). A crise de 1929 exigiu outros paradigmas explicativos e neste contexto é inaugurado um novo "ramo" da economia. A obra seminal da macroeconomia é de autoria de John Maynard Keynes que em 1936 publica A Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda.

Para Keynes (1983) os postulados da economia clássica (leia-se Lei de Say) requeriam discussão por outras perspectivas (pela ótica da demanda efetiva), bem como a moeda apresentou uma "personalidade distinta" (GALBRAITH, 1989) naquele momento em que o contexto de financeirização da economia não era mais explicado pelos pressupostos clássicos. Termos como taxa de juros, liquidez, eficiência marginal do capital, propensão a poupar e a investir, ciclos econômicos, expectativas e incentivos psicológicos nortearam a construção do instrumental macroeconômico.

A Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda parte da crítica ao fundamentalismo microeconômico, observando que a taxa de juros é o "Preço" da riqueza em sua forma liquida. A taxa de juros determinada afetará as decisões de investimento, de acordo com o conceito de eficiência marginal de Capital. Assim, embora o crescimento econômico tenha um efeito positivo sobre a economia na medida em que os níveis de renda aumentam, não se pode dizer, obviamente, que um aumento na poupança significa um aumento na velocidade de crescimento.

---

[2] Entender as implicações do contexto revolucionário (cientifica, religiosa, industrial) sobre o qual o pensamento econômico surge é importante. Sobre este tema e a História do Pensamento Econômico sugere-se a leitura de: HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Logo, a Ciência Econômica, para alguns, foi revolucionada com os fundamentos da abordagem macroeconômica e o ramo da Economia Monetária e Financeira passou a ocupar um espaço estratégico no pensamento cientifico[3].

Eficiência dos mercados financeiros, investimento, poupança e financiamento, mercado de capitais e portanto, a intermediação financeira entre agentes superavitários e agentes deficitários correspondem, até os dias atuais, a temas com um volume significativo de manuais, especialistas, analistas e publicações[4]. Vários pesquisadores buscam relacionar essas variáveis com a dinâmica de crescimento econômico.

Alguns estudos empíricos auxiliam a compreensão destes elementos, complexidade e relação causal, como de Schmidt-Hebbel et al. (1996) e Reis e Ponta (1996).

Os resultados obtidos pelos pesquisadores mostram que as variações temporais do produto podem enfrentar mudanças na poupança doméstica, bem como mudanças na formação de capital fixo total. A poupança nacional não será necessariamente usada para investimento internamente, mas pode ser investido no exterior. Algumas evidências empíricas presentes em uma série de estudos mostram uma significativa correlação entre poupança doméstica e investimento internamente.

Esse fato sugeriria uma menor mobilidade internacional do capital, uma vez que apenas uma pequena fração do investimento doméstico é financiada pela poupança externa. Nota-se que existe consenso sobre a correlação entre poupança e crescimento estabelecido em vários estudos experimentais. No entanto, determinar as ligações exatas da relação causal entre eles apresenta sérias dificuldades.

No caso brasileiro, as taxas de crescimento observadas na década de 1980 não estavam relacionadas apenas a diminuição da poupança interna, mas também a deterioração do capital/produto: os investimentos são cada vez mais “caros” e menos produtivos.

Uma política de incentivos para aumentar a poupança total vem se mostrando a alternativa adequada. Isso se deve principalmente ao fato de que um aumento na poupança pública produz um aumento na poupança total por ação direta do governo, portanto

---

[3] O Prêmio Nobel de Economia começa a ser concedido a partir do ano de 1969 e parte significativa dos agraciados estudaram problemas essencialmente macroeconômicos.

[4] Sugere-se a pesquisa em: CARVALHO, Fernado J. Cardim. SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando Rodrigues. STUDART, Rogério. Economia Monetária e Financeira: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

independente do setor privado (família e empresa) e as complexas variáveis comportamentais associadas a ela.

Feitas essas considerações iniciais, é preciso relacionar o lado financeiro e monetário com o lado real (leia-se mercado de trabalho e mercado de bens e serviços) cuja dinâmica é exposta e mesmo fragilizada em momentos de crise econômica.

As crises de natureza financeira não foram encerradas com a de 1929. Em 2008, a economia global foi marcada por um novo momento crítico. Embora seu epicentro tenha sido o mercado imobiliário norte-americano, instantaneamente afetou todos os países. Porém, de acordo com Além (2010), esta crise teve impactos negativos sobre a economia mundial por um tempo menor do que o esperado. Nas palavras da macroeconomista "O ativismo das políticas anticíclicas dos governos foi determinante para que, no segundo semestre de 2009, já houvesse sinais claros de recuperação, principalmente no que diz respeito à economia brasileira" (ALÉM, 2010, p. 265).

De forma especifica e didática, destacaremos dois autores cuja obra faz a conexão entre os elementos macroeconômicos e microeconômicos para o fomento do desenvolvimento. Para Acemoglu e Robinson (2012) é possível separar os países a partir do seu "grau" de desenvolvimento de acordo com os elementos institucionais que geram prosperidade e os que geram pobreza. A prosperidade é promovida por instituições econômicas e políticas inclusivas e a pobreza por instituições econômicas e políticas extrativistas. Nas palavras dos autores:

> "Cada sociedade funciona com um conjunto de regras econômicas e políticas criadas e aplicadas pelo Estado e pelos cidadãos em conjunto. As instituições econômicas dão forma aos incentivos econômicos: incentivos para buscar mais educação, para poupar e investir, para inovar e adotar novas tecnologias, e assim por diante. É o processo político que determina a que instituições econômicas as pessoas viverão submetidas, e são as instituições políticas que ditam como funciona esse processo" (ACEMOGLU, DARON, 2012, p. 32)

De forma sintetizada, as características dos países que contam com instituições inclusivas são: direitos econômicos acompanhados por direitos políticos, precisam do Estado e fazem uso dele, criam mercados inclusivos e igualdade de oportunidades, preparam o ambiente empresarial para a tecnologia e educação (motores da prosperidade) e a riqueza não se concentra nas mãos de um pequeno grupo. Os países cuja dinâmica é extrativista tem por características: predominância do círculo vicioso da centralização do poder (restrições a

distribuição plural do poder político na sociedade), temem a destruição criativa[5], o crescimento econômico não é sustentável (baseado em tecnologias existentes) e convivem com a dualidade econômica.

A contribuição destes autores centra-se no destaque dado ao papel da educação no processo de mudança.

Para fins deste trabalho, iremos agora tratar da educação financeira.

Em países mais desenvolvidos, a educação financeira começa no ensino fundamental e acompanha o aluno por toda a vida escolar. Alguns estados consideram a matemática tão importante quanto a alfabetização.

Diversos países, incluindo Estados Unidos da América, têm tentado estudar e aplicar a educação financeira como parte do currículo escolar obrigatório de seu país, especialmente devido às crises financeiras e ao despreparo de suas populações para a nova realidade.

Algumas instituições como Banco Mundial, Equipes de Desenvolvimento do Setor Financeiro e Privado e Avaliação de Impacto, Desenvolvimento em Finanças e Grupo de Pesquisa do Setor Privado, observam que houve um impacto significativo no comportamento financeiro dos alunos e famílias (BRUHN, et al., 2014).

No Brasil, dados do Banco Mundial mostram que menos de 1% da população investe em ações. Uma das razões pelas quais difere de outros países é que o Brasil passou por oito mudanças de moeda nas últimas sete décadas. Seis delas ocorreram em um período de vinte anos (D'AQUINO, 2014).

O Banco Central do Brasil (Bacen) define alfabetização financeira como:

> [...] o processo pelo qual indivíduos e sociedades melhoram sua compreensão de conceitos e produtos financeiros. Com informações claras, treinamento e orientação, as pessoas adquirem os valores e as habilidades necessárias para estarem cientes das oportunidades e riscos envolvidos e, então, tomar decisões informadas, saber onde procurar ajuda e tomar outras ações que melhorem o seu bem-estar (BRASIL, 2005, p. 223).

A educação financeira é, portanto, um processo que contribui de forma consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis e comprometidos com o futuro (BACEN, 2012). Essa definição é consistente com a adotada pela Organização para

---

[5] Conceito criado pelo economista Joseph Schumpeter para expressar a dinâmica inovadora e criativa que gera o desenvolvimento: criação de novas necessidades ou novos produtos. Para Schumpeter, desenvolvimento é desequilíbrio porque cada inovação ou novo ciclo de negócios estabelece novo patamar de eficiência e concorrência. (SOUZA, 2012).

Cooperação e Desenvolvimento e Esclarecimento do Desenvolvimento Econômico (OCDE) do qual o Brasil afirmou ser membro em 2017 (BRASIL, 2005, p. 223):

> [...] o processo pelo qual as pessoas melhoram sua compreensão dos produtos financeiros, seus conceitos e riscos para que, com informações e recomendações claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomar decisões informadas e confiantes e gerenciar suas finanças para melhorar bem-estar.

O economista Fábio Giambiagi é um entusiasta da educação financeira, para quem o analfabetismo financeiro e a educação para o subdesenvolvimento (incluindo o "ataque" aos bancos) são problemas que precisam ser tratados. Para ele, as críticas contra o sistema financeiro local e internacional são improcedentes dado que os grandes bancos, nas palavras do economista, são expressão de êxito no capitalismo brasileiro.

E ainda, destaca a importância das instituições[6], da estabilidade (monetária e política), da competição e da produtividade enaltecendo as contribuições schumpeterianas para a promoção da inovação. E para o Brasil experimentar um ciclo duradouro de progresso é preciso promover a mudança de mentalidade que corresponde a encarar o mundo tal como ele é. (GIAMBIAGI, 2015, p. 257). E para isso, a educação financeira e matemática e de como funciona o capitalismo é urgente e condição "*sine qua non"* para o desenvolvimento.

## 3. CONSIDERAÇÕES EMPÍRICAS SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Algumas experiencias e pesquisas ilustram o tamanho do desafio no qual a educação financeira se insere. Cole Shawn et al. (2019) replicaram um no qual usaram um método para analisar o impacto da alfabetização financeira na poupança futura.

Carlin et al. (2010) examinaram um programa destinado a estudantes do ensino médio nos Estados Unidos da América que incluiu dezenove horas de treinamento em conceitos financeiros como: investimentos simples, juros, gestão de cartões e finanças pessoais.

---

[6] Instituições corresponde a um conceito amplo e ocupa uma corrente de pensamento (Economia Institucional) que reúne tanto pesquisadores neoclássicos como heterodoxos. De um modo sintético e baseado em Douglas North, é possível definir instituições como as "regras" que regem cada sociedade e corresponde as regras formalizadas (leis, normas) como as informais (costumes, hábitos, crenças). São inúmeras as teses e publicações sobre este tema. Sugere-se a leitura de CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. Ensaios FEE, Porto Alegre, p. 603-620, 2002.

Varcoe et al. (2005) analisou o programa Money Talks, no qual jovens entre 13 e 18 anos recebiam boletins informativos sobre diversos temas como conselhos de compra, custos do carro, hábitos de poupança e valor do dinheiro. Com um universo de cento e quatorze alunos, todos demonstraram maior conhecimento financeiro e melhor controle financeiro em relação ao período anterior.

No estudo brasileiro encomendado pelo Banco Mundial, o programa foi desenvolvido por especialistas em educação, psicólogos e sociólogos em nome da Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil (ENEF), em que consistia em setenta e dois estudos de caso e foi incorporado ao currículo escolar regular ao invés de criar uma disciplina separada (matemática, português, ciências, geografia e história foram introduzidas para não sobrecarregar professores e alunos). O resultado do programa foi extremamente positivo em termos de conhecimento e comportamento financeiro uma vez que o comportamento dos indivíduos é significativamente influenciado pelo seu conhecimento sobre o assunto.

Uma meta-análise de 126 estudos sobre como a educação influencia o comportamento financeiro também mostra que as mudanças são ainda mais drásticas nos países em desenvolvimento (KAISER et al., 2016).

Estudos mostram que a poupança em muitas economias desenvolvidas é insuficiente e as famílias tendem a poupar de forma ineficiente, sugerindo que muitas pessoas podem não ser capazes de lidar com sistemas financeiros cada vez mais complexos. (LUSARDI, 2015).

Em países em desenvolvimento como o Brasil, as consequências são ainda mais graves, pois não há meios suficientes para se proteger contra possíveis choques financeiros e falta de ferramentas de mitigação de risco. (COLE et al., 2019).

O objetivo do estudo realizado por Lusardi e Mitchell intitulado "Babyboomer retirement security: the roles of planning, financial literacy, and housing wealth" e publicado em 2007, foi comparar a riqueza adquirida por dois tribunais com base em dados do *Healthy and Retirement Study (HRS), Early Baby Boomers* (EBB) em 2004 e pessoas da mesma faixa etária em 1992. A amostra mais velha totalizou 4.580 e a amostra *EBB* 2.635. Todas as estatísticas relatadas usam pesos domésticos de *HRS* nos estados norte-americanos e os valores são expressos em dólares de 2004 para contabilizar a inflação.

A riqueza desses entrevistados quase aposentados foi medida pelo patrimônio líquido total da família autodeclarado. Os autores também reportaram separadamente a riqueza

líquida e a riqueza não residencial/não empresarial. A equidade total é um conceito amplo; incluíram saldos de contas correntes e de poupança dos entrevistados, certificados de depósito e letras do Tesouro, títulos, ações, residências, segundas residências e outros imóveis, ações, veículos e outros ativos, acrescidas todas as dívidas.

Os níveis e padrões de patrimônio líquido total mudaram relativamente pouco ao longo do tempo, embora os *Boomers* dependam mais de patrimônio imobiliário do que seus predecessores. De fato, a maior parte dos americanos acumulou pouca riqueza fora do que corresponde a sua própria residência. A educação também teve papel crucial nos dados, com os grupos que detinham diplomas de segundo ou terceiro grau com riqueza substancialmente maior que os que detinham menos estudos.

Mais importante, os planejadores (aqueles que planejam financeiramente sua vida) em ambos os cortes chegam perto da aposentadoria com níveis de riqueza muito mais altos e exibem maior alfabetização financeira do que os não planejadores. Estimativas de variáveis instrumentais mostram que o comportamento de planejamento pode explicar as diferenças na poupança e porque algumas pessoas chegam perto da aposentadoria com pouca ou nenhuma riqueza (LUSARDI, 2015).

De acordo com os autores, o modelo econômico padrão de acumulação de riqueza postula que as decisões de consumo são tomadas em uma estrutura de ciclo de vida, onde a suavização de consumo exige que se poupe durante os anos de trabalho para sustentar o consumo após a aposentadoria. Especificamente, essa estrutura modela o consumidor como maximizando sua utilidade esperada com desconto ao longo da vida, de tal forma que os fluxos de consumo e estoques de riqueza em cada ponto dependam de sua renda permanente, ou seja, recursos vitalícios antecipados e parâmetros de preferência.

Para fazê-lo, o consumidor deve entender os valores atuais descontados, a diferença entre valores nominais e reais e ser capaz de projetar renda futura esperada do trabalho, pensões e benefícios previdenciários, idades de aposentadoria e probabilidades de sobrevivência, entre muitos outros fatores. Esses requisitos são inerentemente complexos e exigentes (LUSARDI, 2015).

Portanto, o objetivo dos autores no artigo foi avaliar com que sucesso as pessoas planejam a aposentadoria, se a alfabetização financeira está associada a um melhor planejamento e se a preparação para a aposentadoria está associada a esses comportamentos.

A análise usa dois grupos de dados do HRS em 2004 e 1992 para avaliar a riqueza à beira da aposentadoria (LUSARDI, 2015).

O segundo artigo selecionado foi novamente co-autoria de Lusardi com Clark e Mitchel intitulado "Employee financial literacy and retirement plan behavior: a case study" foi publicado em 2016. Este artigo segue as mesmas premissas do anterior, com pesquisas que avaliam a alfabetização financeira por meio de perguntas que exigem que os respondentes demonstrem de forma assertiva cálculos de juros simples e compostos, bem como conhecimento da política atual.

Examinando o nível de alfabetização financeira da população citando citações de estudos norte-americanos de 1995, aponta-se um grave problema na discrepância de alfabetização financeira entre poupadores e investidores.

A principal diferença é entre aqueles que possuem algum tipo de formação de nível superior em relação aos grupos que não concluíram sequer o ensino fundamental. Eles também mostram mais uma vez que o grupo com mais conhecimento financeiro planeja mais finanças e investe com mais eficiência do que os outros grupos.

Este estudo é apoiado por outros para mostrar também que os proprietários de imóveis não estão cientes do impacto em seu orçamento familiar dos juros e custos de financiamento de longo prazo (CLARK, 2017). Aqueles com alfabetização financeira atestam a eficácia de alguns programas de educação financeira, como seminários, pagos por empresas para aumentar a participação de seus funcionários em programas voluntários de poupança e investimento.

Esse tipo de formação indica que os participantes têm maior probabilidade de planejar a aposentadoria e geralmente têm economias nas quais desejam investir de maneira mais eficaz.

O estudo de Lusardi e Mitchell intitulado “Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education” publicado em 2007, examinou a alfabetização financeira, desta vez entre os jovens, usando dados da Pesquisa Nacional Longitudinal da Juventude de 1997. Eles mostram que a alfabetização financeira é baixa entre os jovens nos Estados Unidos: menos de um terço dos jovens adultos têm alfabetização financeira básica, inflação e risco diversificação. A literacia financeira está

intimamente relacionada com as características sociodemográficas e a literacia financeira familiar.

Além de demonstrar potencial de longo prazo, os futuros filhos de famílias alfabetizadas financeiramente tendem a reter parte desse conhecimento para a próxima geração, de acordo com a Pesquisa Nacional Longitudinal da Juventude de 2007-2008. Os autores usaram o conjunto de dados detalhados para examinar a relação entre alfabetização financeira e características sociodemográficas, familiares e de pares dos entrevistados.

Outro artigo de autoria de Lusardi e Mitchell foi “The economic importance of financial literacy: Theory and evidence ”, de 2014, em que avaliaram o rápido aumento do corpo de pesquisas sobre alfabetização financeira. Eles utilizam um panorama de pesquisas teóricas que lançam a alfabetização financeira como forma de investimento em capital humano.

O estudo mostra também que o conhecimento dos recursos internos derivados da literatura financeira tem implicações importantes para o bem-estar e para as intervenções destinadas a aumentar os níveis de literacia financeira na população em geral. Os autores usam pesquisas atuais para determinar quanto (ou quão pouco) as pessoas conhecem, e identificar os subgrupos menos alfabetizados financeiramente da população. Isto é seguido por um exame do impacto da literatura financeira na tomada de decisões econômicas nos Estados Unidos e em outros lugares.

À medida que a literatura continua a crescer, é possível tirar conclusões sobre o impacto e as consequências do analfabetismo financeiro e como preencher essas lacunas. Uma seção final oferece reflexões sobre o que ainda precisa ser aprendido para permitir que os pesquisadores informem melhor os modelos teóricos e empíricos e as políticas públicas.

O estudo de Lusardi e Mitchell "Financial literacy and retirement planning in the United States" de 2011, examina a alfabetização financeira nos Estados Unidos usando o Estudo Nacional de Capacidade Financeira, que por sua vez mostra que a alfabetização financeira nos Estados Unidos é particularmente pobre entre os jovens de baixa renda e menos educados. Além disso, hispânicos e afro-americanos têm as pontuações mais baixas em conceitos de alfabetização financeira.

Curiosamente, todos os grupos se classificam como bem informados sobre questões financeiras, apesar de seu desempenho real em questões importantes de alfabetização. Eles

mostram novamente que as pessoas com pontuação mais alta em questões de alfabetização financeira também são muito mais propensas a planejar a aposentadoria, o que provavelmente as coloca em uma posição melhor para a velhice.

Os resultados visam informar aqueles que desejam direcionar os programas de educação financeira para os mais necessitados. Os autores Bucher-Koenen e Lusardi examinam a alfabetização financeira na Alemanha no artigo " Financial Literacy and retirement planning in Germany" publicado em 2011. Eles descobriram que mulheres, trabalhadores pouco qualificados e alemães orientais não tinham base financeira. Em particular, as pessoas com pouca educação e baixa renda na Alemanha Oriental têm baixa alfabetização financeira em comparação com seus compatriotas da Alemanha Ocidental. Para investigar a relação causal entre alfabetização financeira e provisão de aposentadoria, eles desenvolvem uma estratégia que explora as diferenças regionais na alfabetização financeira de seus pares.

Mais uma vez, eles descobrem que o conhecimento financeiro tem um efeito positivo na provisão de aposentadoria. Em geral, o nível de educação financeira na Alemanha é moderado. 72% das famílias da amostra conseguiram responder corretamente a duas perguntas simples sobre taxas de juros e inflação.

Finalmente, confirmam estudos anteriores em que a alfabetização financeira tem um impacto importante no planejamento das pessoas para a velhice. Dadas as recentes reformas previdenciárias na Alemanha e o aumento da responsabilidade pessoal, esta é uma descoberta importante. Se as pessoas menos alfabetizadas financeiramente forem menos propensas a planejar a aposentadoria, elas também serão menos propensas a perceber e preencher a lacuna de renda de aposentadoria que resultará de reformas recentes.

Isso pode ter efeitos dramáticos, especialmente na segurança da velhice das pessoas na Alemanha Oriental, uma vez que as pensões legais serão mais baixas devido a interrupções na vida profissional e altas taxas de desemprego. Além disso, a alfabetização financeira é particularmente baixa entre os alemães orientais de baixa renda com baixo nível de educação. Portanto, os autores mostram que são necessários esforços e programas mais focados para que esses grupos melhorem sua compreensão das questões financeiras e tomem as medidas apropriadas para garantir uma aposentadoria adequada (BUCHER- KOENEN e LUSARDI, 2011).

As pesquisas apresentadas e o contexto da alfabetização em países desenvolvidos fornecem perspectivas de análise para a compreensão dos desafios e da realidade brasileira no que se refere ao planejamento financeiro familiar.

## 4. BREVE ANÁLISE DA REALIDADE BRASILEIRA

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) foi criada no ano de 2009 e representa instituições (como bancos, gestoras, corretoras, distribuidoras e administradoras) por meio de representação de diversas empresas com o "... objetivo de reproduzir dentro de casa a pluralidade dos mercados"[8].

Para a ANBIMA (2021), a educação financeira é um dos pilares para a construção de um mercado financeiro consistente. Esse deve ser um compromisso público assumido com os associados e com toda a sociedade. Seus esforços na área de educação são dirigidos para três grandes públicos: os profissionais do mercado, para quem oferecem um conjunto de certificações e de cursos; os investidores, para quem produzem e disseminam conteúdo educativo e de conscientização sobre investimentos; e o público em geral, com o apoio a programas de educação financeira.

Para conhecer os hábitos de poupança e de investimento da população brasileira, a ANBIMA começou em 2017 entrevistando 3,3 mil pessoas em todo o Brasil, com ajuda do Datafolha, nascendo, assim, o Raio X do Investidor Brasileiro. O objetivo é repetir o levantamento anualmente para monitorar as intenções de investimento dos brasileiros não apenas em relação às aplicações financeiras, mas também quanto à aposentadoria e aos motivos que levam as pessoas a não fazerem reserva financeira. Um dos instrumentos que o relatório usa para isso são as pesquisas de opinião, que ajuda a compreender essa relação e o que impacta a tomada de decisão quando o assunto é investimento.

As próximas análises se baseiam no relatório construído a partir de pesquisa realizada com 5.878 pessoas (com 16 anos ou mais) das cinco regiões do país. Esta amostra foi composta por pessoas economicamente ativas, aposentadas e inativas que possuem ou não

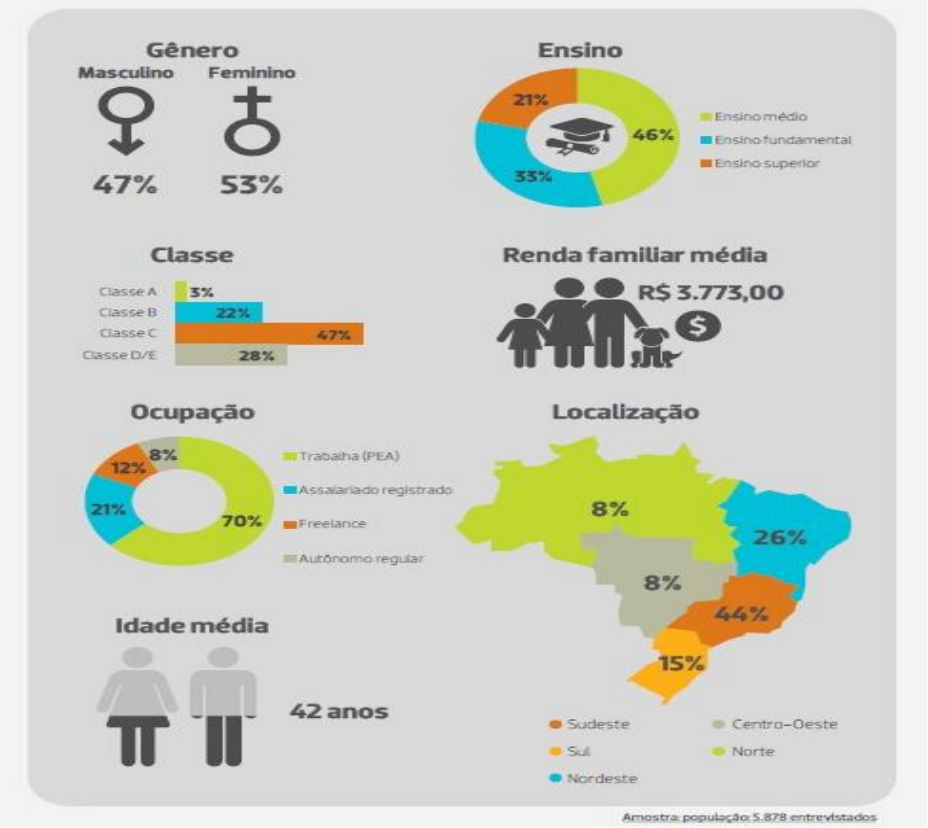
[8] https://www.anbima.com.br/pt_br/institucional/a-anbima/posicionamento.htm.

renda. A margem de erro é de 1 ponto percentual, nível de confiança de 95% e as entrevistas ocorreram no mês de novembro de 2021.

Do total de brasileiros que compõe o universo examinado pelo Raio X do Investidor (com 16 anos ou mais), 84,5% têm renda – dentre estes, 28,1% investem em produtos financeiros. Dos 15,5% que não dispõem de renda , 2,9% investem em produtos financeiros.

Algumas variáveis sobre o universo pesquisado são destacadas na figura a seguir:

Figura 1. População Total



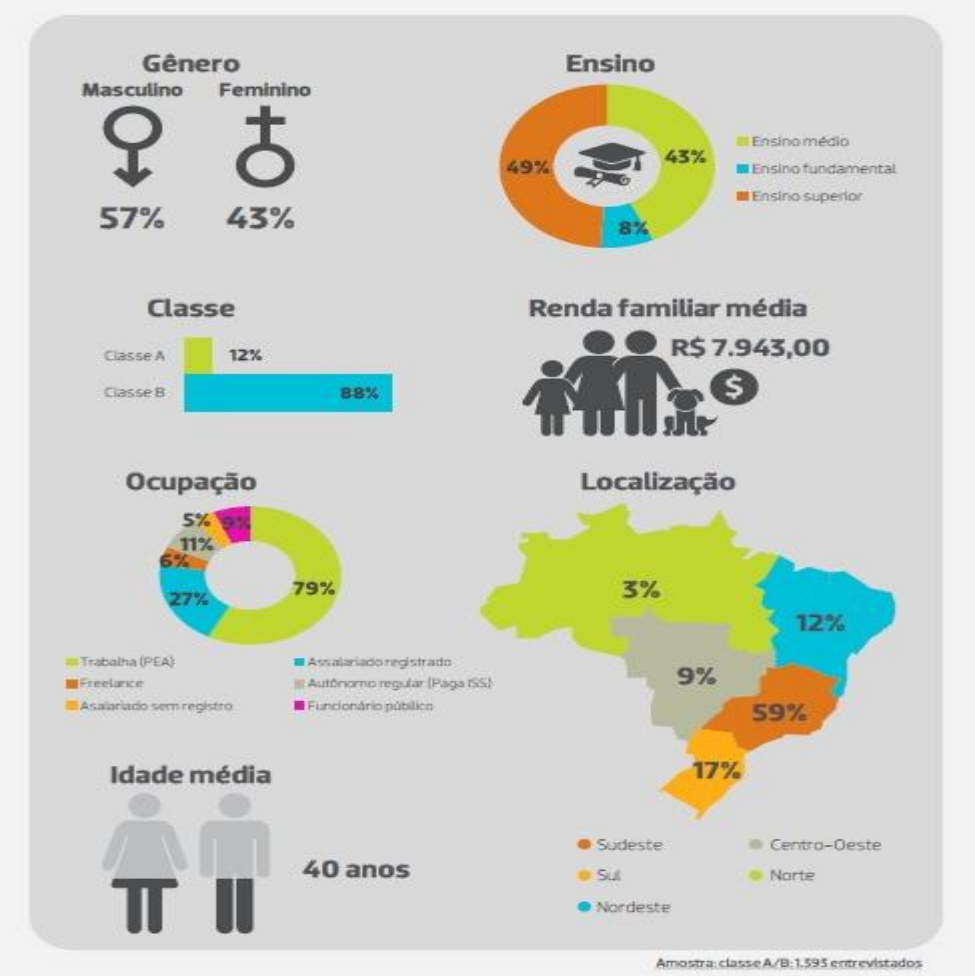

Fonte: Anbima, 2021.

A maioria é composta pelo sexo masculino, com média de idade de 42 anos, concluiu o ensino médio, está localizada na região Sudeste (na sequencia está a amostra residente na região nordeste e sul), integra a classe por faixa de renda denominada C. Destacamos que apenas 21% possui emprego com registro em carteira de trabalho.

Como as diferentes classes sociais apresentam comportamentos distintos em relação a dinheiro e investimentos, é importante analisar as informações por classes A/B, C e D/E.

Vejamos.

Figura 2 – Classes A/B



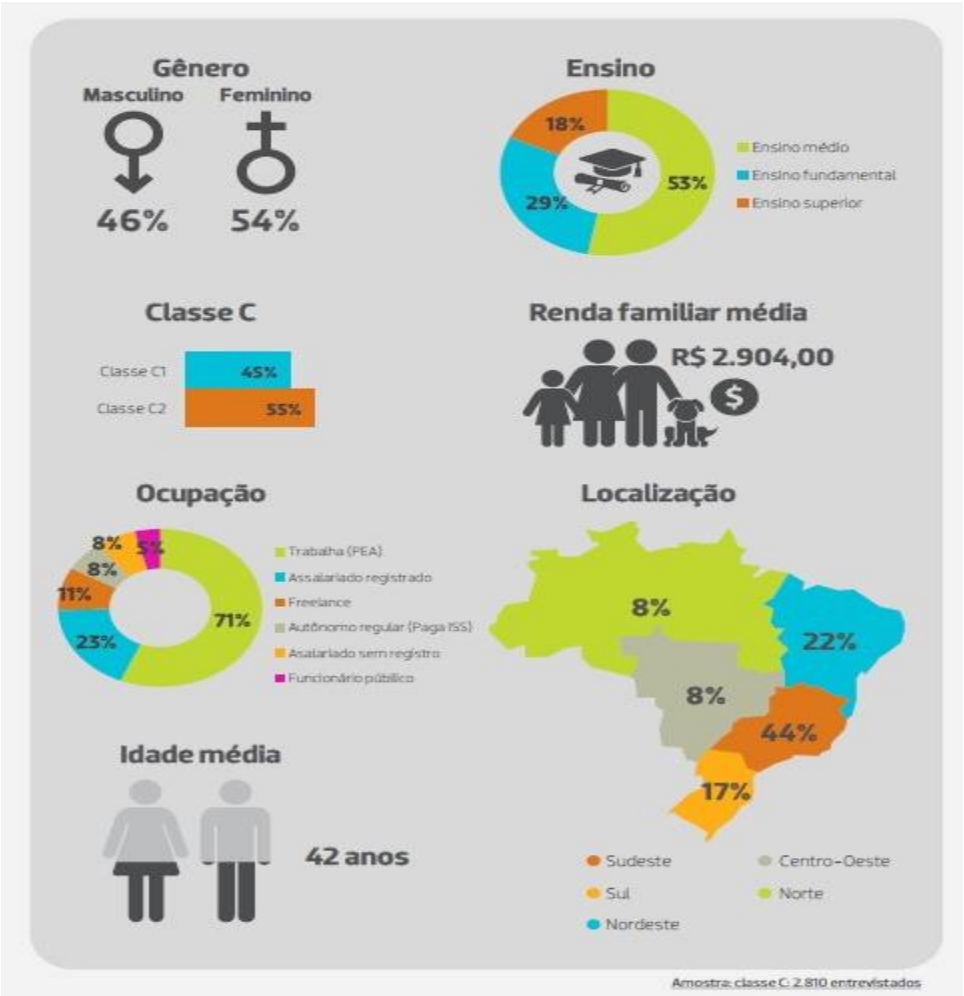

Fonte: Anbima, 2021.

A figura anterior mostra que a Classe A/B está composta por um percentual de conclusão de ensino superior elevado (quase 50%), renda média de quase oito mil reais, localizada na região sudeste (59%) e sul (17%) e 36% possuem certa estabilidade empregatícia uma vez que ou são funcionários públicos ou possuem relações trabalhistas com registro na carteira de trabalho.

Sobre o conhecimento das instituições financeiras e produtos, entre os entrevistados da classe A/B, os bancos tradicionais foram citados por 68% e os bancos digitais por 19%. Apenas 9% mencionou corretora e 2% citou bolsa de valores. Destaca-se que 20% responderam não conhecer instituições financeiras.

A classe C está composta por maioria feminina e com ensino médio completo. Apenas 18% destes possuem ensino superior completo e a renda média mensal não alcança o valor de três mil reais. A distribuição geográfica desta amostra concentra-se na região sudeste e em seguida na região nordeste. Em relação à ocupação, destaca o percentual de freelance (11%), apenas 5% são funcionários públicos, 16% são assalariado sem registro ou autônomo regular. O assalariamento com registro contempla 23% desta população.

Figura 3 – Classe C

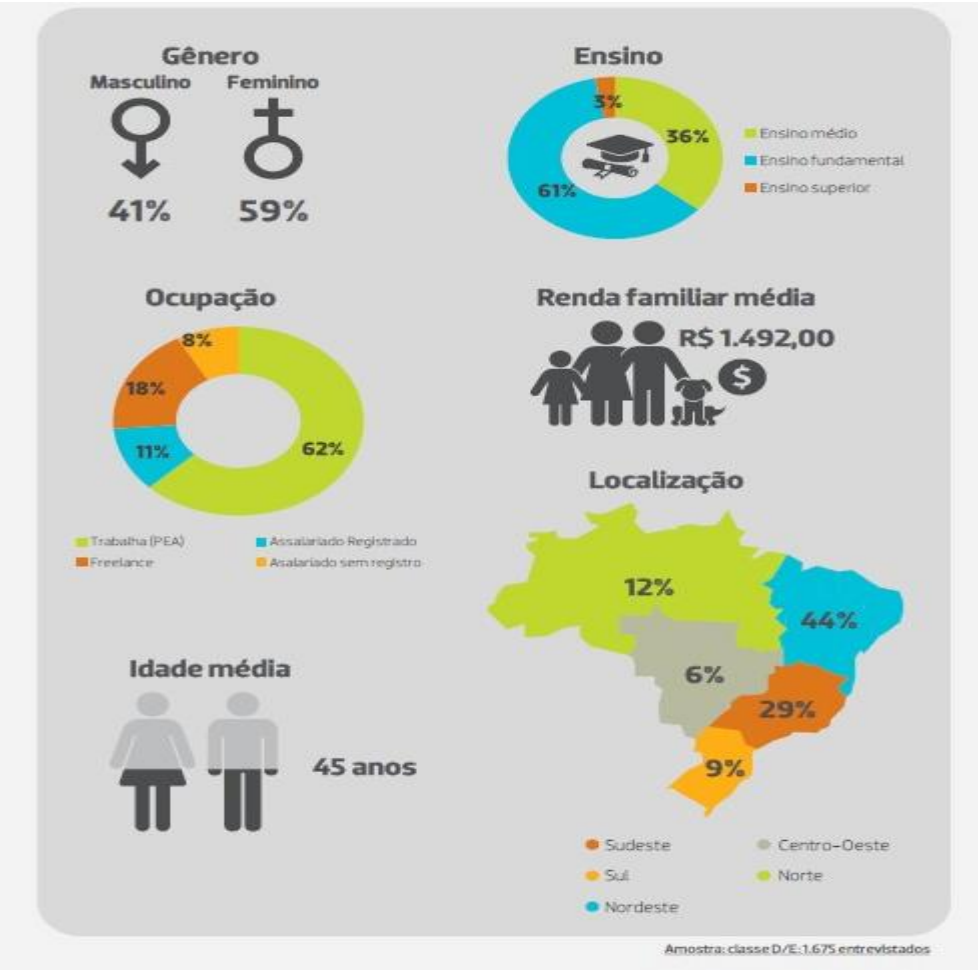



Fonte: Anbima, 2021.

Sobre o conhecimento das instituições financeiras e produtos, entre os entrevistados da classe C, os bancos tradicionais foram citados por 47% e os bancos digitais por 10%. Apenas 3% mencionou corretora e 1% citou bolsa de valores. Destaca-se que 42% responderam não conhecer instituições financeiras.

A classe D/E localiza-se em sua maioria na região nordeste, a maioria (61%) possui apenas o ensino fundamental, a renda média mensal não alcança um valor muito superior ao salário mínimo.

Figura 4 – Classes D/E




Fonte: Ambima, 2021.

Sobre instituições e produtos financeiros, os entrevistados (22%) indicaram os bancos tradicionais, apenas 4% mencionou banco digital e 66% responderam que não sabem/não conhecem instituições financeiras e seus produtos.

A poupança é o produto financeiro que liderou a pesquisa no quesito conhecimento espontâneo, inclusive junto à classe A que também citou ações na bolsa de valores na mesma proporção, seguido por fundos de investimento, títulos privados e títulos públicos, moedas digitais, compra e venda de imóveis e plano de previdência privada.

De acordo com o relatório, apenas para a população das classes ABC, 32% das pessoas conseguiram economizar algum dinheiro em 2021. Daqueles que conseguiram economizar, 43% gastaram essa economia em produtos financeiros, enquanto esse percentual era de 53% em 2020.

Em contrapartida, nesse grupo, a opção de não fazer nada com o dinheiro e/ou mantê-lo aumentou nove pontos percentuais: em 2020 eram 2 milhões, em 2021 subiu para 11%.

Quando olhamos somente para o índice de bancarização, as diferenças entre a classe A/B e a D/E são grandes. Enquanto na A/B o índice de desbancarização é de 5%, na D/E é de 36%, mostrando a lacuna que há entre essas classes e, ao mesmo tempo, apontam para uma oportunidade de expansão bancária entre as pessoas de menor renda. No recorte por investidores e não investidores, 85% dos investidores declaram ter conta corrente ou poupança em bancos tradicionais. O percentual cai para 59% entre os não investidores.

Para a classe D/E em particular, ainda há uma grande falta de fundamentos de investimento - as pessoas desse grupo social têm pontuação abaixo da população como um todo em todos os quesitos, refletindo uma maior falta de alfabetização financeira.

Para a pergunta sobre lucros, 70% obtém lucros em seus investimentos, em comparação com 54% dos não investidores. À questão menos dominante para investidores (60%) e não investidores (52%) é a inflação. Isso mostra que a perda de poder aquisitivo da moeda ainda é uma questão que precisa ser melhor explorada na educação financeira.

Do ponto de vista do desempenho histórico, pouco mais da metade dos brasileiros respondeu a perguntas sobre educação financeira com certeza. A concentração de acertos está na classe A/B e o pior desempenho na classe D/E. No geral, o estudo mostra que as pessoas têm mais facilidade para entender o desempenho de seus investimentos: 74% dos respondentes da classe A/B foram assertivos. O índice cai para 60% na classe C e para 45% na classe D/E.

A principal dificuldade é entender o impacto da inflação nos investimentos: 60% das pessoas na classe A/B; 54% na Classe C; e 50% das classes D/E responderam à pergunta corretamente.

Já no ano de 2021, manteve-se o desafio de combater a pandemia e o seu consequente impacto na economia. E o raio-X do investidor capturou esses movimentos mais uma vez. Nesta quinta edição, pela primeira vez, a pesquisa traz dados referentes à classe D/E, acrescentando uma nova dimensão ao estudo. Como vimos nas páginas anteriores, não há hábitos e comportamentos uniformes relacionados ao dinheiro entre os brasileiros.

A inclusão da Classe D/E tornou isso ainda mais claro e ilustrou a magnitude do desafio para as instituições, tanto em termos de oferta de produtos quanto de educação

financeira. Finalmente, os resultados de raio-x mostram que não existe uma solução única para todos.

O corte entre homens e mulheres era possível antes. Isso aponta ainda para diferenças importantes, que podem ser explicadas em grande parte por aspectos socioeconômicos. Tanto em termos de emprego quanto de renda, as mulheres são mais vulneráveis, têm salários mais baixos do que os homens e muitas vezes têm empregos mais precários. No entanto, muitas famílias são administradas por mulheres, o que reduz a capacidade financeira das mulheres de investir.

Conforme os dados do Banco Central do Brasil – BC, de julho de 2022, divulgando que o endividamento das famílias atingiu 53,1% em julho, o maior de uma série histórica do Banco Central iniciada em janeiro de 2005. Nas estatísticas da dívida excluindo financiamentos imobiliários, o patamar também é o maior desde 2005, em 33,64%. Em julho do ano passado, era de 29,6%.

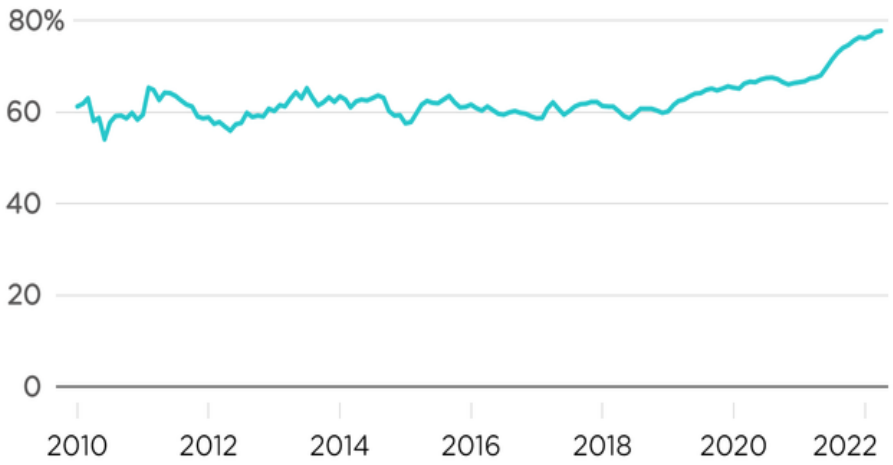
Outro registro que se estende mês a mês é o comprometimento de renda com dívidas a instituições financeiras. Em julho, atingiu 28,6% dos lucros, o nível mais alto desde março de 2005, dando início à sequência histórica. No mesmo mês de 2021, o número era de 25%.

Com 5,6%, a taxa de inadimplência no varejo ultrapassou seus níveis do início de 2020, variando de 5% a 5,2%. No crédito pessoal, por exemplo, foi de 3,3% em dezembro passado para 3,8% em agosto deste ano.

A realidade é diferente para as empresas, pois embora a inadimplência tenha aumentado nos últimos meses, permanece abaixo dos níveis pré-pandemia. Em agosto foi de 1,8%, enquanto em março de 2020 foi de 2,34%. Em relação ao capital de giro, o aumento de 2,3% em dezembro para 2,5% em agosto, e em relação ao cheque especial, foi de 11,5% para 15,5% no mesmo período.

E em outra publicação, de abril de 2022, decorrente da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, feita pela Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor - PEIC, que coletou dados mensais de 18 mil famílias espalhadas pelas capitais do Brasil e Distrito Federal. Em abril de 2022, os números mostram que quase 80% das famílias estão endividadas, como mostra o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - % de endividamento das famílias brasileiras




Fonte: PEIC, 2022/Nexos Jornal.

Os números também mostram um alto nível de inadimplência. Dívida e inadimplência não são a mesma coisa. A inadimplência ocorre quando a pessoa não cumpre o prazo de reembolso definido. Por exemplo, se alguém não pagar a fatura do cartão em dia, está inadimplente. O mesmo vale para as pessoas que não pagam suas contas em dia. Mais de 28 famílias brasileiras deixaram de pagar seus empréstimos em abril de 2022. Este é o nível mais alto desde janeiro de 2010, primeiro mês de investigação do CNC.

Gráfico 2 - % de inadimplência das famílias brasileiras

Fonte: PEIC, 2022/Nexos Jornal.

Levando em consideração que o endividamento das famílias atingiu 53,1% em julho de 2022, e desse percentual total cerca de 19,4% se deve por financiamentos imobiliários, uma grande falta de conhecimento financeiro pode ser considerado um fator primordial nas escolhas de crédito e aposentadoria da população, vê-se, conforme pesquisa do PEIC apresentada nesse estudo, que oito em cada dez pessoas no Brasil não planejam a aposentadoria, e mais de 50% dos que planejam se aposentar confiam no INSS para sua aposentadoria. No Brasil, apenas 0,3% da população ainda investe em ações e mais de 40% dos empresários brasileiros não contratam crédito para seus negócios devido às altas taxas de juros.

O diagnóstico apresentado permite concluir que a realidade financeira do brasileiro é bastante sensível e vulnerável ao ambiente econômico que também é frágil do ponto de vista dos fundamentos micro e macroeconômicos.

É importante destacar que existem muitos dados e variáveis disponíveis para serem analisadas (estratégias para guardar dinheiro, tipo de investimento por orientação sexual ou geração como Z, millenials, X, Boomers), mas que não puderam ser contemplados neste trabalho sem que seu escopo fosse ampliado em demasia.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no levantamento bibliográfico realizado, é possível obter conclusões pertinentes.

Do aspecto temático dos trabalhos selecionados, há uma demonstração clara da problemática global com foco no indivíduo observado. A maioria dos estudos selecionados busca relacionar grupos expostos a programas de educação financeira e seus comportamentos de poupança e investimento comparando-os com grupos que não possuem os mesmos conhecimentos.

Ou seja, ainda não há uma ampla lacuna para a conscientização acerca da importância da organização financeira, e as instituições de ensino não oferecem o mínimo de conhecimento acerca do assunto, porém, sabe-se que educação financeira é de suma importância para mudarmos a realidade brasileira em relação as finanças pessoais e familiares, a fim de melhorar a qualidade de vida da população.

Ao longo deste estudo mais conhecimentos foram adquiridos por minha parte, com toda essa base de dados explorada, pode-se dizer que caso nosso país tivesse em nossa base de estudos desde o ensino primário nas escolas a presença da educação financeira e o conhecimento a ser disseminado para a população, teríamos um impacto direto em nossas escolhas financeiras em nosso dia a dia, e consequentemente na economia do país como um todo.

Portanto, esse estudo vem, por meio de indagações e dados, abrir caminho para que futuramente, mais pesquisas e consequentemente mais políticas públicas sejam realizadas e futuramente aplicadas sobre o tema, para que em nossas futuras gerações eles tenham todo conhecimento disponível desde a classe mais jovem, para que tenham sabedoria e tenência de administrar suas fontes de capitais e suas escolhas financeiras, para que sejam usadas da melhor forma possível, assim beneficiando as classes dentro de nossa sociedade.

## 6. REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. Por que as nações fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALÉM, A. C. Macroeconomia: Teoria e Prática no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DO MERCADO FINANCEIRO - ANBIMA. Raio X do Investidor brasileiro. 5ª edição, 2021. Disponível em: https://www.anbima.com.br/relatorioanual/2021/. Acesso em 10 nov. 2022.

BACEN. Banco Central do Brasil. O Programa de Educação Financeira. 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>.

BRASIL. Decreto no 7.397, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm.

BRUHN M., LARA e et al. "The minimal impact of financial education". Journal of Development Economics. 2014.

BUCHER-KOENEN T., LUSARDI A "Financial Literacy and retirement planning in Germany". Journal of Pension Economics and Finance. 2011. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/abs/financial-literacy-and-retirement-planning-in-germany/7FB419D3977D78EFB57F6BD851E10060.

BUCHER-KOENEN, T. and ZIEGELMEYER, M. "Financial literacy and wealth losses financial." Review of Finance, 2215–2246. 2011.

CAMPBELL, J.Y. Household finance. Journal of Finance. 1553–1604. 2006. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1540-6261.2006.00883.x.

CARLIN, BRUCE IAN, e et al. "What Does Financial Literacy. Economic Research Working. 16271. 2010.

CARVALHO, F. J. C. SOUZA, F. E. P. de. SICSÚ, João. PAULA, L. F. R. STUDART, R. Economia Monetária e Financeira: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

CLARK R., e et al. "Financial Literacy and retirement planning. Journal of Pension Economics. 2017.

COLE, S. A, e et al. The Effect of Education and Financial Literacy. Harvard Business School Finance Working Paper Series. Harvard Business School, 2019.

CONCEIÇÃO, O. A. C.. Processo de crescimento econômico e instituições. Ensaios FEE, Porto Alegre, p. 603-620, 2002.

D'AQUINO, C. "Como falar de Dinheiro com seu Filho." São Paulo: Saraiva,2014.

GALBRAITH, J. K. O pensamento econômico em perspectiva. São Paulo: Pioneira, 1989.

GIAMBIAGI, F. Capitalismo: modo de usar. Por que o Brasil precisa aprender a lidar com a melhor forma de organização econômica que o ser humano já inventou. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas,2002.
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KAISER, T. e et al. “Does financial education impact financial literacy”. Institute for Economic Research, 2016.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUSARDI A. “Financial literacy.” Public Understanding of Science. 2015.

LUSARDI, A. MITCHELL, O. S. Baby Boomer Retirement Security: The Roles of Planning, Financial Literacy, and Housing Wealth. 2007. Disponível em: https://pensionresearchcouncil.wharton.upenn.edu/wp-content/uploads/2015/09/WP02-LusardiMitchell-11.2.07.pdf.

LUSARDI, A. CLARK, R. MITCHELL, O. Employee Financial Literacy and Retirement Plan Behavior: A Case Study .June 2016. Disponível em: https://pensionresearchcouncil.wharton.upenn.edu/wp-content/uploads/2016/07/WP2016-2-Clark-et-al.-TEXT.pdf.

LUSARDI A., O. S. MITCHELL. “Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education.” Business Economics. 2007. Disponível em: https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1548&context=prc_papers.

LUSARDI A., O. S. MITCHELL. “The economic importance of financial literacy: Theory and evidence”. 2014. Disponivel em: https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.52.1.5.

LUSARDI A., O. S. MITCHELL. Financial Literacy and Retirement Planning in the United States. 2011. Disponivel em:https://www.nber.org/papers/w17108.

NEXOS Jornal. https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/03/Por-que-o-endividamento-das-fam%C3%ADlias-brasileiras-s%C3%B3-aumenta.

OLIVEIRA, S. da S. e et al. Educação Financeira na Educação Básica. Universo Acadêmico, Taquara v.8, n. 1. 2015.

REIS, E. J., PONTA, A. F. Poupança e crescimento. Rio de Janeiro: BID/IPEA, 1996.

SCHMIDT-HEBBEL, e et al. Savings and invest. The World Bank Research Observer, 1996.

SCOPUS. Base de dados. Disponível em: https://www.scopus.com/home.uri.

SILVA, E. N. da e et al. Sistema financeiro e crescimento econômico. Economia Aplicada. Vol.10 no.3 Ribeirão Preto. 2006.

SIMONSEN, M. H. Poupança e crescimento econômico. Rio de Janeiro: FGV. 1991.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento Econômico. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

STANGO, V. e et al. Exponential growth bias and household finance. Journal of Finance. 2807–2849. 2009.

VAN OOIJEN R., VAN ROOIJ M.C.J. “Mortgage risks, debt literacy and financial advice.” Journal of Banking and Finance. 2011.

VARCOE, K. P., e et al. “Using A Financial Education Curriculum For Teens.” Journal of Financial Counseling and Planning. 63–71. 2005.